



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO 2019
EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

AUDITOR – E

Questão 21

O enunciado da questão está de acordo com o texto da NBC TA 230 (R1) – Documento de Auditoria, Item 6 (c): “Auditor experiente é um indivíduo (interno ou externo à firma de auditoria) que possui experiência prática de auditoria e conhecimento razoável de: (i) processos de auditoria; (ii) normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis; (iii) ambiente de negócios em que opera a entidade; e (iv) assuntos de auditoria e de relatório financeiro relevantes ao setor de atividade da entidade.

Assim, a questão pedia para o candidato indicar a alternativa que **NÃO** se caracterize um conhecimento razoável, ou seja, alternativa **(E) complexidade da entidade**, pois a norma não faz referência a este item.

Parecer: Recurso Indeferido
- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 22

O enunciado e a alternativa correta da questão estão de acordo com o texto NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude, Item 38, (c) (ii): “determinar se existe exigência profissional ou legal de comunicar a retirada do auditor do trabalho e as razões da saída à pessoa ou pessoas que contrataram a auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras”.

A questão exigia o conhecimento, em sua plenitude, da responsabilidade do auditor em relação à fraude, previsto no item 38 da referida norma. E, as informações disponíveis no enunciado, assim como na alternativa correta (E) dão condições para o entendimento da questão, somando-se o fato de que todas as outras alternativas (A, B, C e D) estão incorretas.

Parecer: Recurso Indeferido
- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 25

O enunciado e a alternativa correta da questão estão de acordo com o texto da NBC TA 530 – Evidência de Auditoria - Item 5: “Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população”.

A questão exigia o conhecimento, em sua plenitude, de amostragem em auditoria, previsto no item 5 da referida norma. E, as informações disponíveis no enunciado, assim como na alternativa correta (A) dão condições para o entendimento da questão, somando-se o fato de que todas as outras alternativas (B, C, D e E) estão incorretas.

Parecer: Recurso Indeferido
- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 32

A questão exigiu conhecimentos referentes à instituição e/ou aprovação do Plano Plurianual (PPA) previstos no § 1º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988. “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. E, as informações disponíveis no enunciado, assim como na alternativa correta (C) dão condições para o entendimento da questão, somando-se o fato de que todas as outras alternativas (A, B, D e E) estão totalmente incorretas.

Parecer: Recurso Indeferido

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 35

A questão está de acordo com a Parte I Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) o qual versa sobre os princípios orçamentários (2.1 a 2.9).

2.8. TRANSPARÊNCIA

Aplica-se também ao orçamento público, pelas disposições contidas nos arts. 48, 48-A e 49 da LRF, que determinam ao governo, por exemplo: divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.

2.7. PUBLICIDADE

Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

Ressaltamos que não era objetivo da questão discutir similaridades ou divergências entre Transparência e Publicidade.

Assim, ratificamos o gabarito da questão com a **alternativa: (E) Transparência.**

Parecer: Recurso Indeferido

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 38

A questão está de acordo com o artigo 13 da Lei 4.320/64 – DESPESAS DE CAPITAL

Transferências de Capital

Amortização da Dívida Pública

Auxílios para Obras Públicas

Auxílios para Equipamentos e Instalações

Auxílios para Inversões Financeiras

Outras Contribuições

Assim, ratificamos o gabarito da questão com a **alternativa: (C)**

Parecer: Recurso Indeferido

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 39

A presente questão está de acordo com a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) o qual versa em seu item 2.1. ATIVO - 2.1.1. Definição de Ativo – 2.1.1.1. Recurso “Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso”.

Como a alternativa (A) dizia que: Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos, sendo a forma física uma condição necessária para um recurso. A mesma apresenta-se INCORRETA sendo a alternativa (A) a ser assinalada. Assim, ratificamos o gabarito com a alternativa (A).

Ressaltamos que de acordo com o MCASP - 2.1. ATIVO - 2.1.1. Definição de Ativo (páginas 145 a 146) todas as demais alternativas (B, C, D e E) estão corretas em relação ao conceito de ativo previsto no MCASP.

Parecer: Recurso Indeferido

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 40

Prezado (a) candidato (a) a questão e a respectiva alternativa a ser assinalada **(E)** está de acordo com o MCASP em seu item 2.2.5. Relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária) - 2.2.5.1. Passivo Exigível X Empenho.

A alternativa (A) sinalizada pelo candidato (a), de acordo com o 2º parágrafo do item 2.2.5.1. Passivo Exigível x Empenho, deve atentar para interpretação do texto: Quando a lei utiliza a palavra “obrigação”, ela não se refere à obrigação patrimonial (passivo exigível), pois uma obrigação patrimonial é caracterizada por um fato gerador já ocorrido, ou, conforme a lei, por uma condição já implementada.

Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial, ou seja, (passivo exigível) independe da execução orçamentária. Observe que o texto faz referência à obrigação patrimonial como passivo exigível.

Assim, ratificamos o gabarito da questão com a **alternativa: (E)**, sendo as demais alternativas (A, B, C e D) corretas de acordo com o MCASP.

Parecer: Recurso Indeferido

- RECURSO IMPROCEDENTE